

Qualidade e Políticas Públicas na Educação 5

Marcia Aparecida Alferes
(Organizadora)

 **Atena**
Editora

Ano 2018

Marcia Aparecida Alferes
(Organizadora)

Qualidade e Políticas Públicas na Educação

5

Atena Editora
2018

2018 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Geraldo Alves e Natália Sandrini

Revisão: Os autores

Conselho Editorial

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

Q1 Qualidade e políticas públicas na educação 5 / Organizadora Marcia Aparecida Alferes. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2018. – (Qualidade e Políticas Públicas na Educação; v. 5)

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-7247-004-9

DOI 10.22533/at.ed.049181912

1. Educação e estado. 2. Ensino superior. 3. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. 4. Universidades e faculdades públicas – Organização e administração. I. Alferes, Marcia Aparecida. II. Série.

CDD 379.81

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores.

2018

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

www.atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

Depois da Educação Básica, a Educação Superior será ministrada em instituições de ensino superior, sendo públicas ou privadas, com variados graus de abrangência ou especialização.

A abordagem de temas como a evasão de estudantes no Ensino Superior é relevante, pois parece que a evasão ocorre apenas na Educação Básica, principalmente no Ensino Médio. A investigação sobre esse tema propicia a elaboração de estratégias para a redução da evasão escolar.

A educação a distância (EaD) também é um tema recorrente nos artigos apresentados, pois se tornou uma estratégia privilegiada de expansão da educação superior em todo território brasileiro, a partir da segunda metade da década de 1990, após ser validada legalmente pela LDB em 1996.

O artigo “Limites e possibilidades como acadêmico de um curso de educação a distância relato de uma experiência em andamento” trata da educação a distância, especificamente do surgimento da Universidade Aberta do Brasil (UAB), que com seu Ambiente Virtual de Ensino-Aprendizagem (AVEA/Moodle), abriu possibilidades de alunos de diversos lugares tivessem acesso gratuito a cursos de graduação. O artigo faz algumas considerações sobre facilidades e dificuldades dentro dessa modalidade de ensino-aprendizagem.

Alguns dos artigos também abordam as práticas de avaliação, os estágios supervisionados, o currículo, programas como PIBID e Universidade para Todos, entre outros.

Marcia Aparecida Alferes

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
A EVASÃO NO ENSINO SUPERIOR: COMPLEXIDADES DO PROBLEMA	
<i>Luciano Espósito Sewaybricker</i>	
DOI 10.22533/at.ed.049181912	
CAPÍTULO 2	9
A INSERÇÃO DA EAD NOS CURSOS PRESENCIAIS DE GRADUAÇÃO DO BRASIL: LÓGICAS DE GESTÃO NA REDE PÚBLICA E PRIVADA	
<i>Stella Cecilia Duarte Segenreich</i>	
DOI 10.22533/at.ed.0491819122	
CAPÍTULO 3	22
A INTERDISCIPLINARIDADE E O ENSINO SUPERIOR MILITAR: UMA POSSIBILIDADE ATUAL E REAL	
<i>Hercules Guimarães Honorato</i>	
DOI 10.22533/at.ed.0491819123	
CAPÍTULO 4	35
ANÁLISE DO PROGRAMA DE NIVELAMENTO NO DESEMPENHO ACADÊMICO DE ALUNOS DO CURSO DE ENGENHARIA CIVIL	
<i>Eric Gabriel Oliveira Rodrigues</i>	
<i>Aline Ferreira de Lima</i>	
<i>Ariana Mahara Fernandes Nery</i>	
<i>Jemima Tabita Ferreira de Sousa</i>	
<i>Elenilde Medeiros Diniz</i>	
<i>Vanessa Milena Mendes dos Santos</i>	
<i>Cláudia Patrícia Torres Cruz</i>	
DOI 10.22533/at.ed.0491819124	
CAPÍTULO 5	46
AS PERSPECTIVAS DE GRANDUANDOS(AS) SOBRE A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE DE GÊNERO E SEXUALIDADE NO PAPEL DE PROFESSOR(A) DE EDUCAÇÃO FÍSICA	
<i>Camila Midori Takemoto Vasconcelos</i>	
<i>Lílian Aparecida Ferreira</i>	
DOI 10.22533/at.ed.0491819125	
CAPÍTULO 6	53
AS RELAÇÕES ENTRE O PÚBLICO E O PRIVADO NA EDUCAÇÃO SUPERIOR: UM ESTUDO COMPARATIVO ENTRE PORTUGAL E O BRASIL	
<i>Luísa Cerdeira</i>	
<i>Nataniel da Vera-Cruz Gonçalves Araújo</i>	
DOI 10.22533/at.ed.0491819126	
CAPÍTULO 7	60
DEMOCRATIZAÇÃO DA PERMANÊNCIA NOS CURSOS SUPERIORES DO IFTM ATRAVÉS DO PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL	
<i>Pâmela Junqueira Freitas</i>	
<i>Elisa Antônia Ribeiro</i>	
<i>Antônio Luiz Ferreira Junior</i>	
<i>Glaucia de Freitas</i>	
DOI 10.22533/at.ed.0491819127	

CAPÍTULO 8 66

DIÁLOGOS DE SABERES: CAPACITAÇÃO DE AGRICULTORES E ESTUDANTES DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS SOBRE AGRICULTURAS DE BASE ECOLÓGICA, UMA PROPOSTA DE EDUCAÇÃO NÃO FORMAL NO CAMPO

Maiara Cristina Gonçalves

Terezinha de Fátima Fumis

Flávia Toqueti

Luís Gustavo Patrício Nunes Pinto

Aloísio Costa Sampaio

DOI 10.22533/at.ed.0491819128

CAPÍTULO 9 71

DINÂMICA DA EXPANSÃO E DIVERSIFICAÇÃO DAS MATRÍCULAS POR MEIO DA INTERIORIZAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO

Crislayne Barbosa de Santana Lima

Edson Francisco de Andrade

DOI 10.22533/at.ed.0491819129

CAPÍTULO 10 84

ENSINO MÉDIO POLITÉCNICO NO RS: UM OLHAR A PARTIR EXPERIÊNCIA DE SUPERVISORES DE ESTÁGIO DE UM CURSO DE LICENCIATURA EM MATEMÁTICA NA MODALIDADE A DISTÂNCIA

Rita de Cássia de Souza Soares Ramos

Thaís Philipsen Grützmann

DOI 10.22533/at.ed.04918191210

CAPÍTULO 11 93

ESTRUTURA CURRICULAR DE LICENCIATURA EM MATEMÁTICA: PERSPECTIVAS DA AÇÃO COMUNICATIVA.

Thais Paschoal Postingue

Deise Aparecida Peralta

DOI 10.22533/at.ed.04918191211

CAPÍTULO 12 100

ESTUDO ESTATÍSTICO DOS FATORES DE RENDIMENTO ACADÊMICO, CARGA HORÁRIA DO TRABALHO E DISTÂNCIA DO POLO QUE OFERTA CURSOS TÉCNICOS EM EAD

Carmem Tassiany Alves de Lima

Jhéssica Luara Alves de Lima

Remerson Russel Martins

DOI 10.22533/at.ed.04918191212

CAPÍTULO 13 107

EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA: FORMAÇÃO TRANSDISCIPLINAR NA GRADUAÇÃO.

Cláudia Barsand de Leucas

Larissa de Oliveira e Silva

Túlio Fernandes de Almeida

DOI 10.22533/at.ed.04918191213

CAPÍTULO 14 112

FORMATO MULTICAMPI EM UNIVERSIDADES PÚBLICAS: ALGUNS DESDOBRAMENTOS PARA A GESTÃO

Nelson de Abreu Júnior

DOI 10.22533/at.ed.04918191214

CAPÍTULO 15	125
GESTÃO ESCOLAR E QUALIDADE: O CAMPO EDUCACIONAL NAS INVESTIGAÇÕES DA CAPES	
<i>Glaé Corrêa Machado</i>	
DOI 10.22533/at.ed.04918191215	
CAPÍTULO 16	137
LIMITES E POSSIBILIDADES COMO ACADÊMICO DE UM CURSO DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA RELATO DE UMA EXPERIÊNCIA EM ANDAMENTO	
<i>Jeferson Ilha</i>	
<i>Andréa Forgiarini Cecchin</i>	
DOI 10.22533/at.ed.04918191216	
CAPÍTULO 17	147
O APRENDER E O ENSINAR PARA OS LICENCIANDOS DE PEDAGOGIA DA UFMT	
<i>Aline Rejane Caxito Braga</i>	
DOI 10.22533/at.ed.04918191217	
CAPÍTULO 18	154
O PEDAGOGO MESSIÂNICO – IMAGINÁRIO DE ESTUDANTES DE PEDAGOGIA ACERCA DO TRABALHO DO PEDAGOGO	
<i>Anelize Rafaela de Souza</i>	
<i>Fabio Riemenschneider</i>	
DOI 10.22533/at.ed.04918191218	
CAPÍTULO 19	159
PESQUISA AÇÃO. ALUNOS DA GRADUAÇÃO EM PEDAGOGIA: UMA PROPOSTA DE REFLEXÃO LONGITUDINAL SOBRE A AVALIAÇÃO DE ALUNOS	
<i>Mariângela Carvalho Dezotti</i>	
<i>Denise Cristina Costenaro Marchesoni</i>	
DOI 10.22533/at.ed.04918191219	
CAPÍTULO 20	170
PIBID: LÓCUS DE FORMAÇÃO E TROCA DE SABERES EM UMA PERSPECTIVA TRANSDISCIPLINAR	
<i>Simone Leal Souza Coité</i>	
<i>Gabriela Sousa Rêgo Pimentel</i>	
<i>Rosa Maria Silva Furtado</i>	
DOI 10.22533/at.ed.04918191220	
CAPÍTULO 21	182
PRÁTICAS DE AVALIAÇÃO DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NAS UNIVERSIDADES FEDERAIS DA BAHIA	
<i>Mariana Andrea da Silva Casali Simões</i>	
DOI 10.22533/at.ed.04918191221	
CAPÍTULO 22	192
PROCESSOS DE INICIAÇÃO À DOCENCIA NO ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM EDUCAÇÃO FÍSICA	
<i>Rodrigo Caetano Ribeiro</i>	
<i>Dijnane Vedovatto</i>	
DOI 10.22533/at.ed.04918191222	

CAPÍTULO 23	205
PROGRAMA UNIVERSIDADE PARA TODOS TENDÊNCIAS E PERSPECTIVAS	
<i>Maria Lucia Morone</i>	
<i>Marina Ranieri Cesana</i>	
DOI 10.22533/at.ed.04918191223	
CAPÍTULO 24	212
RESSIGNIFICANDO A ABORDAGEM NO ENSINO DE BIOQUÍMICA: CONSTRUÇÃO PARTICIPATIVA DE UM MAPA METABÓLICO SIMPLIFICADO COMO ESTRATÉGIA MOTIVADORA DE ENSINO	
<i>André Marques dos Santos</i>	
<i>Marco Andre Alves de Souza</i>	
<i>Ana Carolina Callegario Pereira</i>	
DOI 10.22533/at.ed.04918191224	
CAPÍTULO 25	223
SEXUALIDADE INFANTIL NA FORMAÇÃO EM PEDAGOGIA COM CONSIDERAÇÕES SOBRE QUALIDADE E POLÍTICA EDUCACIONAIS: UM ESTUDO A PARTIR DA GROUNDED THEORY	
<i>Claudionor Renato da Silva</i>	
DOI 10.22533/at.ed.04918191225	
CAPÍTULO 26	239
SURDEZ NA PERCEPÇÃO DE ESTUDANTES DE LICENCIATURA	
<i>Joniana Soares de Araújo</i>	
<i>Fatima A. A. A. Cader-Nascimento</i>	
DOI 10.22533/at.ed.04918191226	
CAPÍTULO 27	253
TEORIA ATOR-REDE E O ENSINO DE PSICOLOGIA PARA LICENCIATURAS	
<i>André Elias Morelli Ribeiro</i>	
DOI 10.22533/at.ed.04918191227	
CAPÍTULO 28	265
TIPOS DE EVASÃO E EXPERIÊNCIAS UNIVERSITÁRIAS	
<i>Ana Amélia Chaves Teixeira Adachi</i>	
DOI 10.22533/at.ed.04918191228	
CAPÍTULO 29	274
TORNE-SE PROFESSOR: ACESSO DIFERENCIADO AOS CURSOS DE PEDAGOGIA E LICENCIATURAS COMO UMA POSSIBILIDADE A MAIS	
<i>Norivan Lustosa Lisboa Dutra</i>	
<i>Sidelmar Alves da Silva Kunz</i>	
<i>Remi Castioni</i>	
DOI 10.22533/at.ed.04918191229	
CAPÍTULO 30	284
AS MÍDIAS COMO INSTRUMENTO DE CONHECIMENTO:AS TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO(TICS) NO CURSO DE NÍVEL SUPERIOR DE ADMINISTRAÇÃO OFERTADOS NAS MODALIDADES PRESENCIAL E EAD	
<i>Angeluze Comoretto Parcianello</i>	
DOI 10.22533/at.ed.04918191230	
SOBRE A ORGANIZADORA	293

FORMATO MULTICAMPI EM UNIVERSIDADES PÚBLICAS: ALGUNS DESDOBRAMENTOS PARA A GESTÃO

Nelson de Abreu Júnior

Universidade Estadual de Goiás
Campus de Ciências Socioeconômicas e
Humanas
Anápolis - Goiás

RESUMO: O estudo se insere na temática da gestão de universidades e na gestão de sistemas universitários apresentando resultados de uma pesquisa documental realizada junto aos documentos institucionais em 50 universidades públicas brasileiras multicampi de natureza administrativa estadual e federal acerca de como se compõem um dado sistema universitário, observando se a instituição apenas integra ou se engloba o sistema universitário bem como os formatos multicampi adotados por elas. Destaca ainda o formato multicampi como tendência forte nos sistemas de educação, notadamente o brasileiro. Analisa brevemente os números da expansão da educação superior a partir da década de 1940 em todo o mundo e as tensões geradas pela necessidade de expansão da matrícula sobre os sistemas estaduais de educação superior e a consequente interiorização das instituições. Discute as concepções opostas de educação superior que vem pautando a expansão da matrícula. Em seguida, apresenta uma ampliação de um modelo tipológico para o formato multicampi e considerações acerca dos

desdobramentos do formato adotado para a gestão de seus processos administrativos, entre eles a necessidade de uma atuação qualificada dos participantes das complexas instâncias colegiadas, do asseguramento da pertinência com o local em que está inserida, a manutenção da autonomia dos campi e de sua identidade.

PALAVRAS-CHAVE: Sistemas de educação superior. Gestão Universitária. Universidade Multicampi. Universidades Estaduais. Qualidade em educação superior.

ABSTRACT: The study is part of the management of universities and the management of university systems, presenting results of a documentary research carried out with the institutional documents in 50 Brazilian public universities multicampi of a state and federal administrative nature about how a given university system is composed, observing if the institution only integrates or encompasses the university system as well as the multicampi formats adopted by them. It also highlights the multicampi format as a strong trend in education systems, notably the Brazilian. It briefly analyzes the numbers of the expansion of higher education from the 1940s around the world and the tensions generated by the need to expand enrollment in state higher education systems and the consequent internalization of institutions. It discusses the opposing conceptions of higher education that

has been guiding the expansion of enrollment. Next, it presents an extension of a typological model for the multicampi format and considerations about the unfolding of the format adopted for the management of its administrative processes, among them the need for a qualified performance of the participants of the complex collegiate bodies, the assurance of pertinence with the place where it is inserted, the maintenance of the autonomy of the campuses and their identity.

KEYWORDS: Higher education systems. University Management. Multicamp University. State Universities. Quality in higher education

1 | INTRODUÇÃO

O presente estudo se insere na temática da gestão da educação superior e suas interfaces com as políticas públicas. O propósito é ampliar os conhecimentos sobre a universidade contemporânea de formato multicampi e os desdobramentos que se apresentam para a gestão universitária.

Entre as características mais marcantes de uma universidade multicampi, encontra-se a de uma instituição que, organizada em torno de uma única personalidade jurídica (JIN; WANG, 2010), manteria mais de dois *campi* separados geograficamente, o que pode se aplicar a institutos de ensino, centros de pesquisas avançados, hospitais, clínicas, centros tecnológicos, escolas experimentais, museus, entre outros.

A expressão universidade multicampi, engloba um conjunto de formatos de instituições singulares, complexas e que guardam alguns desafios específicos aos seus processos de gestão e desenvolvimento acadêmico-institucional universitário, muito diferente do modelo tradicional monocampus (FIALHO, 2005; BAMPI; DIEL, 2014). Entre esses desafios está o asseguramento equitativo da qualidade da educação superior no interior da instituição, onde quer que ela esteja inserida.

2 | CONSIDERAÇÕES ACERCA DA QUALIDADE DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

A questão da qualidade da educação superior sempre foi tratada pela literatura como um conceito polissêmico, árduo e subjetivo, carregado de ideologias e modelos de sociedade pretendidos. Dias Sobrinho (2008) assinala a existência de pelo menos dois paradigmas do que seria a educação superior de qualidade, que refletem projetos bem distintos de homem e sociedade:

a) a qualidade orientada a critérios que se pretendem objetivos, universais, ancorados em rigores científicos quantitativos e mensuráveis, associados às variáveis econômicas, tais como índice de desenvolvimento, cálculos do custo/benefício dos investimentos comparados com a matrícula, relação aluno/docente, tempo de formação, taxa de escolarização bruta e líquida, avaliação de desempenho de produto, capacidade de captação de recursos em variadas fontes, quantitativo de docentes

com titulação acadêmica combinado com o regime de trabalho desses docentes, entre outros indicadores mensuráveis;

b) o outro paradigma, sem negar a importância do primeiro, considera também as realidades políticas e sociais das instituições e dos sistemas educacionais, integra elementos qualitativos tais como valores e atitudes éticas presentes no projeto de formação, a inserção da universidade nas estratégias nacionais e internacionais de consolidação da democracia, o desenvolvimento sustentável da cidadania e da economia, o respeito e preservação das identidades culturais e suas manifestações e ainda aos ideais de coesão dos povos.

Guadilla (1997), da Universidade Central da Venezuela, chega a defender que, na sociedade baseada no conhecimento, a redistribuição da riqueza implica redistribuição do conhecimento, chamando para a universidade latino-americana a responsabilidade de contribuir para a equidade por meio de propostas para uma política educacional de maior relevância social.

A autora destaca que o discurso modernizador das universidades da América Latina representa um eco descompassado do discurso dos países ditos mais avançados: maior produtividade em ciência e tecnologia; relações mais estritas com a indústria; melhoria da instituição universitária por meio de avaliação de processos e produtos; novas formas de gestão, mudanças nos marcos regulatórios, diversificação dos atores, entre outros.

Observe-se que, para analisar o tema da qualidade da educação superior, faz-se necessário definir qual deveria ser o papel da educação superior e de suas instituições em uma dada sociedade e/ou localidade, o que a Unesco (1998) denomina de pertinência.

Ao desenvolver políticas de inclusão para a renda e/ou para o mundo do trabalho, as universidades assumem, entre as suas múltiplas funções, a de prestadora de serviços à sociedade, o que poderia confundi-la com o papel de governo, colocando assim em risco a missão e a autonomia universitárias, transmigrando-a de um ativo repositório científico e cultural da humanidade para uma sucursal de grupos partidários que compõem o governo e seus interesses.

Goergen (2010), ao refletir acerca do conceito de pertinência como critério de qualidade em educação, alerta para o risco do uso superficial do termo pertinência, que pressupõe uma autonomia e neutralidade do social, como um “conjunto de necessidades e aspirações pretensamente representantes das genuínas expectativas da sociedade” (GOERGEN, 2010, p. 62), que deveria orientar a universidade como critério aproximativo de sua qualidade social.

A literatura especializada encerra ao menos dois discursos perfilados e incomunicantes entre si na abordagem da qualidade da educação superior: o primeiro se conduz pelo padrão da utilidade e da eficiência tendo como parâmetro a razão estratégica ou instrumental, respondendo à exigência sistêmica de *performatividade*, posto como pano de fundo pelos organismos internacionais, tais como Unesco, OCDE

e Banco Mundial em seus documentos. O segundo discurso se orienta pelo ideal altruísta do coletivo e do social articulado pela razão dialético-crítica, respondendo às expectativas de humanização coletiva, próprios da visão crítica proposta pelo mundo acadêmico.

Em qualquer dessas perspectivas, orquestrar os processos acadêmicos e administrativos assegurando equânime da qualidade acadêmica - de modo especial a pertinência - nos diversos e desiguais entornos socioeconômico e geográficos de uma universidade com formato multicampi, revela-se tarefa de maior complexidade do que em uma instituição sediada em um único *lócus*.

3 | ACHADOS DA PESQUISA

A revisão bibliográfica bem como a pesquisa documental levada por este estudo indica que a decisão de criação de uma universidade no formato multicampi e não em outro, mostrou-se estar ligada à história de como se deu a constituição dessa dada universidade. Via de regra, as universidades multicampi são constituídas: a) a partir da junção de estabelecimentos de educação superior; b) pela incorporação de instituições menores por outra maior; c) pela consolidação de campus que surgiram como unidades experimentais e/ou avançadas; d) como produto de reformas políticas e administrativas, planos diretores, planejamentos estratégicos, entre outros (MORAES, 2015).

A adoção do formato multicampi nas instituições públicas, notadamente no Brasil, por vezes integra um conjunto de medidas correlacionadas à necessidade de expansão das vagas de uma região, combinada com a vontade política de interiorização da matrícula.

A existência de faculdades isoladas em um dado sistema de educação superior que, se agregadas às instituições de maior porte, aumentaria o potencial de desenvolvimento acadêmico, orientadas por uma aparência de racionalidade na gestão da instituição unificada e facilitadora na aplicação às políticas públicas de educação superior em uma região.

O fenômeno da expansão da matrícula em educação superior, apesar de se apresentar diferentemente em cada país ou região, é descrito em termos quantitativos por Schofer e Meyer (2005), como apresentando intensificação do crescimento já a partir da década de 1940.

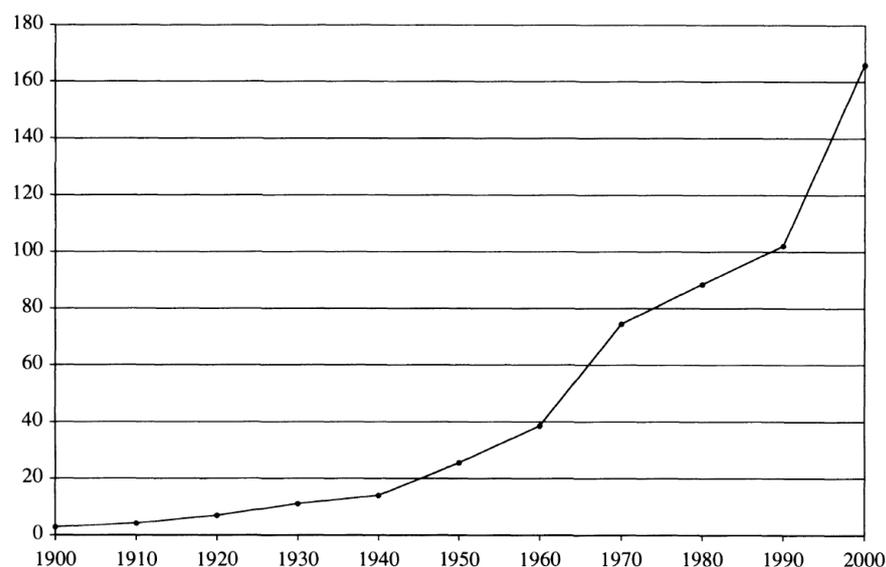


Gráfico 1 – Expansão da matrícula em educação superior mundial, 1900 a 2000

Esses dados e tendências são confirmados por Carnoy (2016), que atualizou os dados até 2010, além de separar a matrícula por países desenvolvidos e os de economia emergente. Indica um crescimento linear até os idos de 1940, e um crescimento exponencial a partir da Segunda Guerra Mundial nos países de economia industrializada.

Chama muita atenção os números brasileiros da década de 1920, contido na Tabela 1, fornecidos ao autor pela Unesco, ainda mais quando contrastados com aqueles países considerados desenvolvidos, como também o incremento que a matrícula brasileira vem apresentando até em 1985, último ano da ditadura militar decorrente do Golpe de 1964 e depois uma inversão de tendência até 2010.

País	1920	1945	1960	1985	2010
França	125	308	595	2318	3525
Alemanha	198	n.d.*	499	2540	3179
Reino Unido	134	137	382	1824	3969
Estados Unidos	564	1495	1983	5118	6673
Rússia/URSS	n.d.*	n.d.*	1240	n.d.*	6599
Brasil	39	58	135	10040	3421

Tabela 1 - Matrícula de nível terciário por 100.000 habitantes: França, Alemanha, Reino Unido, Estados Unidos, Rússia/URSS e Brasil

* n.d.: dado não disponível

Fonte: Coletado por Carnoy (2016), nas bases estatísticas dos países citados. Os dados de 2010 foram coletados junto à Unesco

Carnoy (2016), em sua análise das forças que interferem no desenvolvimento da educação superior, entende o Estado nacional no centro de quatro fatores de influência:

a) o nível de retorno econômico para os indivíduos que investem em educação superior;

b) o entendimento da população, que enxerga na educação superior fator de mobilidade social e sucesso econômico;

c) a pressão das elites políticas/econômicas no contexto de uma concepção globalizada de qualidade da educação superior;

d) pressões heterogêneas de atores cujos interesses são moldados pelas interpretações anteriores do sistema de educação superior.

Nesse diapasão, pode ser depreendido que as pressões sofridas para a expansão em uma universidade multicampi, ante a possibilidade de instalação de um campus em suas bases e o usufruto dessas elites socioeconômicas, seja de maior envergadura do que em outro formato. Não uma expansão qualquer, e sim aquela que atenda outras localidades para além da capital política.

A interiorização da educação superior pode ser considerada uma espécie de ação afirmativa de universalização da matrícula e redução das diferenças entre regiões, na medida em que o fenômeno do adensamento populacional em torno dos centros urbanos vem se agravando, trazendo consigo diversos problemas sociais derivados, tais como violência, caos no transporte, impossibilidade de políticas habitacionais eficazes, distribuição de água e esgoto, entre outras, além do incremento da demanda pelos diversos níveis de educação, entre elas a de nível superior.

Não se tratasse a interiorização de uma política afirmativa, a educação superior seria natural e preferencialmente ofertada nos maiores centros urbanos, considerando que a maioria dos professores e alunos habita esses grandes centros.

Há, todavia, uma armadilha semântica em se considerar o interior como um *locus* homogêneo e os municípios que o compõem como detentores de características similares. O interior, nesse sentido, é tão somente o antônimo de capital, ainda que o conceito de capital também guarde algumas ambiguidades, entre elas os conceitos de região metropolitana, de área de influência, de zona urbana alargada, de cidade e de município, de populações pendulares, para citar apenas as mais difundidas.

A orientação dada a este estudo é a de capturar aproximativamente os diversos formatos institucionais assumidos por universidades públicas brasileiras, seja no que se refere à multicampi ou ao papel que essa universidade ocupa em seus sistemas de educação superior. Na busca de um modo de investigação coerente com o problema, as reflexões indicaram a pesquisa qualitativa e a análise documental como instrumento de pesquisa de primeira escolha.

Na pesquisa documental desenvolvida para este estudo, foram considerados aqueles documentos institucionais formais ligados ao planejamento das universidades - plano de desenvolvimento, regimento e relatórios - de mais de 50 universidades públicas no Brasil, nas categorias administrativas estaduais e federais.

A título de buscar um contraste com as universidades públicas brasileiras, foram visitados os sítios de Internet de outras 20 instituições universitárias consideradas de grande expressão no cenário universitário mundial - Oxford, Berkeley, Salamanca, Bologna, Barcelona, Berlim, Harvard, Sorbonne etc. - procurando infrutiferamente

outros formatos institucionais.

Como resultado da pesquisa puderam ser identificadas instituições que são o próprio sistema de educação superior de uma determinada localidade e outras que são apenas componente de um conjunto de universidades.

Creswell, Roskens e Henry (1985) da Universidade de Ohio propõem que para análise de instituições de nível superior, além da simples diferenciação entre instituições públicas e privadas, seja considerado o grau de jurisdicionamento governamental das instituições previsto em seus estatutos e/ou a existência de conselhos responsáveis pela condução da instituição (*governing board*).

4 | A QUESTÃO MULTICAMPI NA UNIVERSIDADE PÚBLICA ESTADUAL BRASILEIRA

As instituições sistemas, portanto multicampi, foram predominantemente encontradas em universidades públicas brasileiras na esfera estadual, podendo ainda estar jurisdicionadas às secretarias de governo tais como secretaria de ciência e tecnologia ou de educação.

Se entre as 63 universidades federais brasileiras, 82% adotam o formato multicampi. Entre as 38 universidades estaduais existentes em 2015, que exercem funções predominantemente presenciais, apenas 4% não são multicampi.

Um levantamento dos documentos de criação das universidades estaduais brasileiras, a título de exemplo, mostra que dez delas, o que representa 27%, têm personalidade jurídica fundacional de direito público, e as demais adotam a personalidade jurídica autárquica. Algumas foram criadas e mantidas como fundações de direito público, outras até mesmo como de direito privado e, posteriormente, migraram para a autarquia.

Denota-se, nesse caso, um ponto de tensão entre os grupos políticos ocupando as secretarias de governo e a gestão das instituições universitárias em seus preceitos da autonomia e democracia universitárias, imperiosamente fulcrados na colegialidade.

Restaria de um lado as propensões na defesa de interesses político governamentais, de cariz decisório monocrático, de outro a defesa crítica dos interesses do estado presentes na missão de uma universidade. Não que a colegialidade possa ser entendida como algo harmônico ou suave, todavia é condição viva da democracia na universidade, enfatiza o dissenso, o conflito e a negociação entre grupos de interesses internos e externos, diluindo o poder decisório em complicadas redes interligadas e, ao mesmo tempo, conflituosas na disputa por *status*, prestígio acadêmico, que ora disputam, ora cooperam.

Também puderam ser observadas instituições com subordinação direta do gabinete do governador, sem intercessão de secretariados, presumindo maior desembaraço decisório e burocrático.

Chama a atenção que os jurisdicionamento das universidades são alterados de tempos em tempos entre reformas administrativas e políticas com as respectivas mudanças nas alianças em cada governo. O que nos convida a refletir sobre o entendimento governamental de que as universidades estão intimamente dependentes da vontade política dos governantes e não da tão propalada autonomia universitária.

Como adendo, as autarquias ligadas à educação funcionam em regime especial, ou seja, são regidas por seus estatutos e regimentos, que delineiam as formas de composição de suas estruturas, formas de governança, colegiaturas e escolha de seus dirigentes. Essa prerrogativa é que assegura maior independência em relação aos governos e favorecem o incremento da autonomia universitária.

Paradoxalmente, o ato de criação das universidades autárquicas ou fundacionais de direito público e também de suas unidades educacionais, por se tratar de aumento de despesa a ser paga pelo fundo público, é prerrogativa exclusiva do Chefe do Poder Executivo. Com esse elemento, a autonomia universitária sobre os seus processos de expansão está diretamente subordinada à vontade política do Poder Executivo. No caso da universidade multicampi, a sua expansão e/ou reorganização em novos campi, deflete não da propalada colegialidade e sim da vontade governamental.

Creswell, Roskens e Henry (1985) observam ainda que as instituições podem variar ainda segundo o tipo de estrutura administrativa, se há a uma administração central coordenando isonomicamente as demais, ou um chefe da administração central apenas executivo das decisões tomadas pelas unidades da estrutura ou, ainda, com uma estrutura maior e associada a ela, unidades menores dirigidas por um condutor ou condutora. Para essa última estrutura, os autores se utilizam da expressão modelo *flagship*, ou, em uma tradução livre, *nave-mãe* ou *carro-chefe*.

Esse modelo *nave-mãe* deriva de um processo natural de crescimento institucional, que vai adicionando novas unidades, centros, ramificações ou unidades satélites, até que eles se tornem campus, nutridos pelo nível central.

5 | A TIPOLOGIA PROPOSTA

A primeira função de uma tipologia é identificar, simplificar e ordenar dados a fim de que possam ser descritos em termos comparáveis (MCKINNEY, 1966). Os dados são reduzidos do complexo para o simples. Essa redução é realizada pela identificação das características dos fenômenos em estudo, pela dicotomização dessas características em tipos polares para que se possa visualizar as extremidades de um *continuum* e pela ênfase em apenas algumas das possíveis combinações categóricas, não existindo, porém, nenhum procedimento padronizado para a redução desses dados.

Em um esforço de ampliar a classificação sugerida por Creswell, Rosken e Henry (1985), as instituições foram analisadas sob o prisma da relação das instituições

públicas com o sistema de educação superior em que estão inseridas, puderam ser verificados:

a) Sistemas Complexos – abarcam toda a educação superior universitária e não universitária, contendo instituições orientadas para a formação terciária não universitária; outras ligadas à formação universitária associada à produção da pesquisa e instituições fortemente ligadas à formação de cientistas e/ou ao desenvolvimento de tecnologias;

b) Instituições Sistemas – a instituição é o próprio sistema de educação universitária, sendo a única com natureza administrativa de universidade em uma dada região ou unidade da federação;

c) Instituições Autônomas Componentes do Sistema – o sistema é composto por diversas instituições componentes, sem dependência administrativa, jurídica ou acadêmica entre elas.

Note-se que, ao adotar um ou outro sistema de educação superior, o Estado e o governo ganham maior ou menor centralidade decisória e uma conseqüente maior ou menor complexidade em seus processos de gestão.

No formato Sistema Complexo, seria possível transcender a endogenia do tradicional *espontaneísmo* decisório institucional. Aquele padrão decisório balizado por preocupações predominantemente autógenas. O Sistema Complexo favoreceria a consideração do conjunto de demandas universitárias presentes em um dado sistema ou base geográfica para orientar a oferta de vagas para a graduação e pós-graduação, bem como a nucleação das atividades de pesquisa.

O Sistema Complexo¹ admitiria a coexistência de diferentes graus de educação superior oferecida pelo mesmo sistema, relegando a educação universitária propriamente dita para uma pequena elite. Aos demais estudantes, serão oferecidos programas formativos mais generalistas e aligeirados.

A oferta desses diferentes graus acadêmicos apresentam custo por aluno bem diferentes entre si. Por um lado, cursos mais rápidos e sem a preponderância da atividade de pesquisa permitem uma maior cobertura na matrícula de educação superior, todavia apresentam como dano colateral, prejuízos ao conceito de equidade na qualidade da oferta da educação superior, um princípio ético de uma sociedade democrática (DIAS SOBRINHO, 2010)

No polo oposto, ao optar pelo sistema composto por instituições independentes entre si e autônomas, quando da implantação de uma política de educação superior, o Estado dependeria da adesão das unidades universitárias que compõem o sistema, o que favoreceria ao governo a adotar medidas de cooptação dessas instituições. Esse tipo de sistema de matiz autônomo, tende a uma perda endógena de racionalidade no atendimento das demandas de um dado sistema, bem como algum distanciamento das políticas de desenvolvimento que sejam dependentes da educação universitária a serem implantados pelo estado.

1

Como alternativa menos polarizada, a Instituição Sistema ganha em amplitude de ações acadêmicas, mantém alguma centralidade decisória para planejamento do atendimento das demandas inerentes ao sistema, contudo necessitaria de um elevado grau de amadurecimento acadêmico dos gestores dos campi componentes da instituição, para alcançar, de modo planejado e coerente, o desenvolvimento da instituição e educação superior universitária.

Ainda como produto da análise dos documentos institucionais universitários – PDIs, estatutos, planejamentos estratégicos etc. – foram observados alguns formatos institucionais de maior ocorrência entre as instituições universitárias investigadas, a saber:

a) Instituições Monocampus – instituições que têm uma localização perene em apenas uma localidade, ainda que sua área de influência possa variar de internacional, nacional, estadual ou local;

b) Instituições Multicampi do tipo Nave-mãe – instituições marcadas pela presença perene em mais de uma localidade, havendo uma unidade principal, de maior porte e sede da instituição, convivendo com unidades satélites de menor envergadura;

c) Instituições Multicampi Radiais Heterogêneas – aquelas em que, mesmo estando dispostas em formato multicampi, não existem unidades dominantes na instituição, ou seja, as unidades estão dispostas radialmente em torno da administração central da universidade que as une e regula;

d) Instituições Multicampi Radiais Homogêneas – universidades dispostas no formato multicampi, porém sem hierarquia entre as unidades que as compõem, dispostas em torno de uma administração central que as une, articula e regula, assegurando desenvolvimento sistêmico da instituição por meio do planejamento e buscando a equidade entre as unidades.

Decerto ainda coubesse uma quinta classificação, que seriam as instituições monocampus, porém apresentando “*alma multicamp*”, por se tratarem de instituições que delegam às suas unidades – institutos, centros, departamentos – tamanha autonomia, que poderiam ser classificadas como instituições multicampi caso estivessem em outras localidades geográficas.

Poder-se-ia incluir ainda as instituições *pseudomulticampi*, para classificar aquelas que, apesar de estarem localizadas em cidades e regiões diferentes, não apresentam uma *Alma Mater* própria dominando as atividades acadêmicas, existindo sem identidade própria e estando subordinadas às determinações da nave-mãe ou da administração central ou ainda do estado. Não possuem dotação orçamentária própria, falta autonomia administrativa, não escolhem seus cursos, nem as formas de ingresso, tampouco a composição do quadro docente ou as propostas curriculares a serem desenvolvidas. As decisões são tomadas pela administração central, ainda que possam ser validadas pela colegialidade ante a opacidade ou despreparo dos “representantes” dos campi.

6 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

A instituição universitária tem sofrido profundas alterações ao longo dos séculos e pode ser encontrada na maioria dos países em diferentes formatos, missões e personalidades jurídicas.

O nome ou a expressão multicampi, quando aplicado especificamente à instituição universidade, tende a ser interpretado de maneira simplista, por vezes numérica e/ou geográfica, como se essa denominação servisse simplesmente para denominar aquela que possui diversas instalações do tipo campus em mais de uma localidade. Entrementes, basta um olhar mais atento e elas se revelam instituições singulares, complexas e que guardam alguns desafios específicos aos processos de gestão e desenvolvimento acadêmico-institucional universitário, diferentes do modelo tradicional (FIALHO, 2005; BAMPI; DIEL, 2014) assunto não esgotado neste estudo.

Certamente encontraremos subtipos entre as tipologias aqui propostas ou mesmo outros formatos para além das instituições que compuseram a amostra. A ideia central deste estudo foi possibilitar uma reflexão sobre o tipo de sistema e o formato institucional como dimensões impactantes sobre a qualidade das ações acadêmicas e sobre a relação da instituição universitária com seu entorno.

O planejamento universitário e/ou planejamento de um sistema deve ganhar robustez à medida em que identifica essa relação da instituição com o sistema de educação superior em que está inserido, qual o seu papel dentro desse sistema, bem como pensar formas de ampliar a coerência do planejamento com o formato institucional que possui, preconizar mecanismos de asseguramento da autonomia inerente à universidade contemporânea e seus compromissos com a ciência e com a sociedade.

A universidade contemporânea reivindicou o direito à autonomia acadêmica para decidir o que deveria ser investigado, o conhecimento a ser armazenado em seu ambiente e o conhecimento a ser retransmitido para a humanidade. Também abrigou a incumbência de formação de pessoal de nível superior, de fomento à cultura e à arte e de desenvolvimento da massa crítica sobre a própria sociedade.

A título de reflexão sobre as instituições universitárias multicampi, dada a supremacia e complexidade da colegialidade e da autonomia, impõe-se a necessidade de se atentar para a qualidade da participação dos integrantes dos colegiados, seja na capacidade técnica e no entendimento que envolvem as questões universitárias, seja no comprometimento com as questões institucionais nos diferentes contextos dos campi que compõem a universidade, seja na capacidade de representação e ativação da reflexão nos colegiados de origem desses representantes dos campi e integrantes naturais dos colegiados superiores.

Destaque-se que a distância geográfica entre a comunidade e os colegiados decisórios centrais revela-se uma barreira a mais para a participação efetiva da comunidade.

A temática da autonomia em instituições universitárias multicampi, condiciona a disjuntiva com a heteronomia em relação ao nível central, em que os campi encontrariam um obstáculo a mais para exercitar a materialidade do conceito de autonomia universitária e suas subcategorias de autonomia didática e científica, administrativa, financeira e patrimonial.

A autonomia dos campi fortalece o tecido social no amadurecimento decisório, na medida em que corresponsabiliza os atores do local em que estão inseridos. Se, por um lado, a descentralização responde a um critério democrático mais amadurecido, a centralização de algumas funções pode assegurar a formação de uma identidade institucional coesa e exercer uma força redistributiva das competências e dos recursos.

No caso da autonomia universitária de uma universidade multicampi, se apresenta mais um elemento importante a considerar: se a autonomia se circunscrever a um núcleo decisório e não se estender à rede de unidades que a compõem, então se trata de heteronomia travestida de autonomia. Em outras palavras, só podemos falar de autogoverno, se esse princípio se estender às células desse organismo. Uma autonomia centralizada usurpa a lógica da autonomia universitária. Tal aspecto é mais ligado à gestão do que ao formato propriamente dito

REFERÊNCIAS

BAMPI, A. C.; DIEHL, J. O. O modelo multicampi de universidade e suas relações com a sociedade. **XIII Colóquio de Gestión Universitaria en Américas. Rendimientos académicos y eficacia social de La Universidad**. 2014. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/114920>> Acesso em: 30 maio 2014.

CARNOY, M. (Org.) **Expansão das Universidades em uma economia global em mudança: triunfo dos BRIC**. Brasília: CAPES, 2016.

CRESWELL, J. W; ROSKENS, R. W; HENRY, T. C. A Typology of Multicampi Systems. **Journal of Higher Education**, v. 56, n. 1, p. 26-37, jan./fev. 1985.

DIAS SOBRINHO, J. Calidad, pertinencia y responsabilidad social de la universidad latinoamericana y caribeña. In: GAZZOLA, A. L.; DIDRIKSSON, A. (Eds.). **Tendencias de la Educación Superior en América Latina**. Caracas: IESALC-UNESCO, 2008. p. 87-112.

_____. Avaliação e transformações da Educação Superior Brasileira (1995-2009): do Provão ao Sinaes. **Revista Avaliação**, Campinas; Sorocaba, SP, v. 15, n. 1, p. 195-224, mar. 2010.

FIALHO, N. H. **Universidade Multicampi**. Brasília: Plano, 2005.

GOERGEN, P. Educação instrumental e formação cidadã: observações críticas sobre a pertinência social da universidade. **Educar**, Curitiba, n. 37, p. 59-76, maio/ago. 2010.

GUADILLA, C. G. Universidades Latino-americanas: da casela vazia ao cenário socialmente sustentável. **Caderno de Pesquisa**, São Paulo, n. 101, p. 82-112, 1997.

JIN, Hong-Mei; WANG, Shu-Wing. Exploration on Management Model and Operating Mechanism of Multi-campus University in China. In: Educational and network Technology, 3, Beijing, 2010. **Anais...**

do III ICENT, Beijing, 2010.

MCKINNEY, J. C. **Constructive typology and social theory**. New York: Appleton-Century- Crofts, 1996.

MORAES, R. C. C. Expansão do ensino superior: o que isso nos ensina sobre o vínculo entre as relações sociais e as políticas de educação. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 36, n. 130, p. 197-218, mar. 2015.

SCHOFER, E. MEYER, J. W. The Worldwide Expansion of Higher Education in the Twentieth Century. **American Sociological Review**, v. 70, n. 6, p. 898-920, dez. 2005.

UNESCO. **Declaração Mundial sobre a Educação Superior para o Século XXI**. Paris, 1998.

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-004-9

